

Governo das Universidades e Politécnicos e empréstimos a estudantes

O sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior já é praticado há muito noutros países, mas entre nós é inovador.

Dois diplomas mobilizaram, nos últimos tempos, a atenção dos interessados no nosso sistema escolar: o que ficou conhecido como RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior) e o que dispõe sobre os empréstimos a conceder a estudantes.

O primeiro altera profundamente um regime que contava já com muitos anos e que fora aprovado na Assembleia da República por unanimidade. O RJIES não terá sido suficientemente discutido mas tem pontos muito controversos. Um deles é o novo método para a escolha dos reitores das Universidades e dos presidentes dos Politécnicos. Segundo o nº 1 do Artigo 86º, o reitor ou presidente é eleito pelo Conselho Geral depois da abertura de candidaturas e audição pública dos candidatos. O Conselho Geral (Artigo 81º) tem entre 15 e 35 membros, sendo mais de metade professores e investigadores e os restantes estudantes e personalidades externas de reconhecido mérito.

Quanto ao sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior, ele já é praticado desde há muito noutros países mas, entre nós, é inovador.

Eis as nossas perguntas:

1. Que pensa, na generalidade, do RJIES? Foi suficientemente discutido e divulgado?

2. Qual a sua opinião sobre o processo de designação dos reitores e dos presidentes?

3. A representação estudantil no governo dos estabelecimentos de ensino superior foi drasticamente reduzida. Que acha disso?

4. E sobre o regime de empréstimos aos estudantes? Diz-se que virá reforçar a autonomia dos estudantes face aos pais...

5. O diploma prevê um prazo de carência de 1 ano, isto é, um lapso de tempo de 1 ano após a conclusão dos estudos, em que se admite que o estudante não poderá pagar. Muitos comentadores, dada a dificuldade em conseguir um emprego, consideram 1 ano muito pouco. Que lhe parece?

A. Gomes Martins, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

1. Acho que, dado o ritmo das mudanças de contexto, era necessário rever muitos dos aspectos do enquadramento legal do ensino superior (ou pelo menos das universidades, sobre as quais me sinto mais à vontade para emitir opinião). O próprio CRUP [Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas] tinha já feito diversas propostas que o MCTES [Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior] sempre ignorou, entre as quais a de uma

nova lei de autonomia. A experiência que fui acumulando em quatro anos de mandato diz-me que havia (há) muito processos de decisão muito ineficientes e que isso não é compatível com a agilidade que se tornou quase imperativa no governo das universidades. Mas o que a experiência também diz é que as decisões mais participadas são mais robustas porque são menos contestáveis. Ora, o RJIES reduz muito a capacidade de participação da comunidade universitária nas decisões. E, recursivamente, a sociedade não teve oportunidade de o debater e de lhe incorporar alguma sabedoria. A votação isolada do grupo parlamentar que suporta o governo é bem ilustrativa disso. Os unilateralismos têm uma enorme probabilidade de não serem produto de espíritos especialmente iluminados porque estes não têm tendência para o unilateralismo. Por isso raramente uma imposição unilateral corresponde a um rasgo de génio.

2. Em abstracto, o processo definido pode parecer virtuoso. Na minha opinião peca por retirar à figura do reitor a capacidade de congregação de vontades.

Passa a constituir uma figura distante, em que os membros da comunidade universitária dificilmente se reverão. E os tempos presentes e futuros próximos vão requerer uma grande capacidade de mobilização de vontades que não se faz só com prescrições, admoestações ou castigos.

3. A representação estudantil poderia ser não tão expressiva quanto era até aqui. Acho que o equilíbrio entre a participação útil e importante para a universidade por um lado e o ónus de responsabilidade para os estudantes (pessoal mas também político) por outro, poderia passar por uma representação qualitativamente diferente e possivelmente com menos peso relativo. Mas o nível em que ficou é, em minha opinião, muito obviamente desviado de uma visão equilibrada deste compromisso.

4. Não digo que não, em abstracto. Mas se olharmos para o actual nível de endividamento das famílias portuguesas tenho as maiores dúvidas sobre quem poderá beneficiar deste sistema. O facto de existirem sistemas de empréstimos em vários outros países não lhe confere virtudes por si só. Significa apenas que o paradigma dominante é o de uma concepção de ensino superior como um sistema de prestação de serviços, cuja relação com os estudantes é uma relação comercial com clientes. A própria UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura] reconhece, apesar de fazer coro com o Banco Mundial e com a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] na necessidade de "partilhar os custos" do ensino superior com as famílias, que o retorno do investimento no graduado pelo ensino superior, só em termos monetários, sem contar com inúmeras externalidades sociais positivas, se situa



Cidade de Coimbra e a sua Universidade.

entre 6 e 15. Qualquer investidor fica com os olhos em cifrões quando vê um ROI [Return Of Investment] com estes valores! Um sistema de ensino superior é, por muito que se queira reduzir esta concepção a uma velharia inútil, uma ferramenta estratégica de desenvolvimento de qualquer sociedade. Reduzir a relação do estudante com o sistema a uma relação mercantil é errado e pernicioso. Pode conduzir a garrotar partes importantes de gerações e a estreitar ainda mais a base social do acesso ao sistema (o que não dizer então do subfinanciamento?!).

5. Por mim até pode ser um mês. Se se redefinirem os indecorosos limites de rendimento que hoje balizam os escalões de acesso a bolsas de estudo, se se aumentar significativamente o número de bolsas e se se garantir financiamento aos serviços de acção social que lhes permita oferecer serviços de qualidade e baixo custo, um mês é suficiente porque é indiferente.

António Brotas, Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do VI Governo provisório (1975/76)

1. Não. Mas, sobretudo, não houve um clima propício à apresentação e discussão de propostas alternativas.

2. A lei existente podia ter alguns correctivos, mas não muito grandes.

3. Nunca me preocupou a percentagem da "representação estudantil", mas sempre considerei totalmente errada a imposição vincadamente corporativa "de os estudantes só se poderem fazer representar nas assembleias por estudantes" (e os funcionários e os docentes idem). Sempre considerei os estudantes inteligentes e capazes de compreender que, para defender os seus próprios interesses e os da escola numa assembleia, professores da sua confiança podiam ser preferíveis a outros estudantes. Este carácter corporativo, que a meu ver foi a grande pecha que inferiorizou a gestão democrática portuguesa, parece manter-se nas versões actuais.

4. Os empréstimos darão autonomia a alguns estudantes. Na generalidade dos casos, permitirão os aumentos das propinas e de outros custos e farão com que os estudantes terminem os estudos endividados. Preferiria que, em vez de propinas, os estudantes pudessem prestar serviços às escolas. Penso que seria bom para eles, para as escolas e o Estado pouparia dinheiro.

5. É obvio que os desempregados não poderão pagar as dívidas.

Pedro Barros, Presidente da Associação Académica da Universidade do Algarve

1. No meu entender, penso que era urgente haver uma reforma nas instituições de Ensino Superior.

O RJIES aparece desta forma para combater certas e determinadas lacunas que durante vários anos são detectadas. É importante também referir que são, muitas vezes, os alunos dirigentes associativos que focam determinadas situações que não correm conforme o previsto, de modo a serem alteradas.

Assim, e muito bem, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, escutou e discutiu com diversas Associações Académicas e de Estudantes de institutos de Ensino Superior o RJIES antes deste ser apresentado em Conselho de Ministros e antes de ser apresentado na Assembleia da República.

Orgulhosamente, pensámos que muitas das nossas sugestões seriam analisadas cuidadosamente, e que muitas delas seriam contempladas no RJIES. No entanto, e para nosso grande espanto, o RJIES foi apresentado e aprovado não mencionando quaisquer sugestões que os estudantes, e muito bem, apresentaram ao Ministério que tutela o Ensino Superior em Portugal.

Quanto à divulgação, penso que um assunto desta dimensão foi devidamente anunciado e todas as entidades competentes tiveram conhecimento do RJIES.

2. No que respeita ao processo de designação dos reitores e dos presidentes, penso que, em ambos os

casos, deveriam ser eleitos democraticamente por toda a comunidade académica a que se candidatam, mas, acima de tudo, deveriam ser professores ou investigadores de carreira da própria instituição.

Quem melhor do que eles conhece a instituição de ensino de modo a representá-la da melhor maneira, interna e externamente? Quem melhor do que eles conhece a instituição de ensino de modo a presidir ao Conselho de Gestão?

3. Apesar de sermos intitulados como uma “geração rebelde”, os jovens de hoje em dia são mais do que aquilo que nos apelidam.

A representação estudantil foi, nos últimos anos, a melhor maneira de se combater lacunas emergentes de diversas instituições de ensino portuguesas, porque os “estudantes rebeldes” enfrentam os problemas que vivem, marcando sempre as suas posições, convictos e conscientes.

Verdade seja dita que muitos professores e investigadores reconhecem o valor dos estudantes, e dão-nos apoio nas decisões e reivindicações levadas em curso. No entanto, sou apologista que por detrás de uma boa negociação estará sempre um bom diálogo.

Neste momento, resta-me perguntar: tendo em conta o corte drástico sofrido na representação estudantil nos diversos órgãos de gestão de cada instituição de ensino, que diálogo será possível?

Penso que retirar a voz activa aos estudantes representativos da grande massa estudantil é uma atitude que vai, a longo prazo, ter repercussões inerentes. Por exemplo, o não permitir a detecção atempada de problemas por não terem a participação de quem recai neles directamente.

4. O regime de empréstimos aos estudantes é algo batalhado por muitas Associações Académicas e de Estudantes no nosso país.

Felizmente surge uma maneira de não condenar um estudante que não tenha recursos financeiros que lhe permitam tirar um curso superior, prosseguir os seus estudos da maneira mais digna e correcta, dado que o sistema de ensino está cada vez mais caro.

Infelizmente, o que se tem vindo a constatar é que as propinas pagas pelos estudantes estão a ser mal aplicadas.

Para bem das instituições, estas verbas estão a fazer face aos cortes sucessivos por parte do MCTES, pois caso contrário já teriam fechado as portas.

Agora, interrogo-me se os Institutos Superiores PÚBLICOS poderão ter os dias contados porque, mais dia, menos dia, as propinas dos alunos terão que ser aplicadas para o acréscimo de qualidade, assim como está previsto, surgindo então problemas económicos que deveriam ser combatidos pelo Ministério, como prática normal, mas pouco ou nada frequente.

Gostava também de ver o regime de empréstimos aos estudantes como uma bênção e não como uma autonomia dos estudantes face aos pais, pois julgo que qualquer pai gosta de dar aos seus filhos as melhores condições de vida para estes prosseguirem os estudos até onde possível. Assim sendo, é uma maneira através da qual se potencia o aumento da procura de estudantes de classe baixa ao Ensino Superior.

5. Concordo plenamente, não só com os comentadores mas com todos os meus colegas dirigentes associativos. Sem dúvida é um problema inerente ao regime de empréstimos aos estudantes que nos preocupa bastante.

Penso que tal situação poderia ser revista e analisada pelas entidades competentes. Quando é considerado o prazo de um ano, deveria ser para motivar o estudante recém-licenciado a procurar um emprego, mas, devido ao panorama nacional, nem sempre tal situação é possível.

Logo, acho que deveriam ser analisadas cuidadosamente e salvaguardadas situações como as que prevemos que aconteçam.

Saudações Académicas. ☒